

| | |
|------|---|
| Tema | Reunião do Comitê de Priorização de Demandas de TIC |
|------|---|

| | | | | | |
|-----------|---|---------|-----|-------|-------------|
| Data | 18/2/2019 | Horário | 14h | Local | Presidência |
| Presentes | Cristiane Montenegro Rondelli – Juíza Auxiliar da Presidência Paulo Eduardo de Almeida – Secretário-Geral Judiciário Vladimir Nei Suato – Secretário da Corregedoria Regional Herbert Wittmann – Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações Iara Cristina Gomes – Assessora de Gestão Estratégica Itamir Carlos Barcellos Junior – Assessor de Apoio aos Magistrados Ana Amélia Birchal Borges Martins - Representante das Secretarias de Turmas Fábio Gomes Amorim de Souza - Assessoria de Gestão Estratégica | | | | |

| | |
|---------|--|
| Assunto | Reunião emergencial do Comitê Multidisciplinar de Priorização de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações |
|---------|--|

| |
|---|
| Pauta |
| <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de respostas para a Requisição de Documentos e Informações (RDI) |

Tópicos discutidos

O Coordenador do Comitê iniciou a reunião agradecendo a presença de todos colocando em discussão os temas trazidos na Requisição de Documentos e Informações (RDI) e necessários para contribuir para a realização da Atividade Planejada prevista no Item 04 do PAA de 2019, presente no Processo Administrativo nº 0000004-65.2019.5.15.0895. Assim, todos passaram a discutir as questões elencadas :

1) O Comitê analisa todos os DED's – documento de especificação de demanda, relativos aos tipos de demandas elencadas no artigo 3º?

Os membros do Comitê analisaram o artigo citado, sendo consenso que o Comitê normalmente atua nas demandas elencadas nos incisos I, II, III e IV, sendo que os demais incisos tem sido tratados pela Presidência ou por Comitês específicos existentes no Tribunal como o Comitê de Governança de TIC e o Comitê de Segurança da Informação.

Quanto ao atendimento do inciso VIII que versa sobre o atendimento de auditorias na área de TIC, foi consenso que essa é a primeira vez que o Comitê foi instado a prestar informações desta natureza.

2) O Sistema de Gestão de Demandas, disponibilizado no link

<https://www.trt15.jus.br/extranet/seclInfo/metodologia/projetos/#/portfolio-demandas/deds/todas>, é a listagem oficial das prioridades e situação das demandas? Se não, apresentar a listagem oficial. (artigos 4º e 5º)

Sim, é a listagem oficial das prioridades sendo elas atualizadas sempre que é alterado o status de alguma demanda.

3) A proposta de priorização é encaminhada ao Presidente do Tribunal para definição da ordem de execução? Apresentar documentação do encaminhamento da proposta e da definição do Presidente.(artigos 1º; 5º, § único e 6º, § 1º)

Sim, na dinâmica do Comitê, o Coordenador deste Comitê, Juiz Auxiliar da Presidência, antes e após as reuniões valida as propostas e necessidades com a Presidente do Tribunal, levando ao Comitê eventuais orientações e prioridades da mesma e posteriormente as reuniões, ratificando as definições que foram sugeridas pelo Comitê e registradas em atas.

4) Os critérios que embasam as análises de priorização de demandas foram estabelecidos? Se sim, apresentar documentação. (art. 8º, II)

Sim, desde o início de funcionamento desse Comitê, sempre ficou acordado entre seus membros que as prioridades seriam definidas a partir da análise da urgência, complexidade e disponibilidade de equipe de TI para atendimento, dando preferência sempre para as demandas que tragam maior valor ao Tribunal, independentemente da área solicitante.

Em relação a documentação comprobatória desses critérios e considerações, as atas das reuniões muitas vezes demonstraram sua adoção.

5) O Comitê realizou reuniões além das que estão consignadas nas atas disponibilizadas no site do Tribunal, nas datas de 09/05/2017; 07/06/2017; 24/08/2017; 04/04/2018 e 05/06/2018? Caso afirmativo, apresente as atas referentes às reuniões efetuadas. (artigos 13 e 15)

Todas as reuniões que o Comitê realizou são registradas em atas e disponibilizadas no sítio do Tribunal, como as citadas na questão formulada. Ocorre que apesar do ato de criação e funcionamento do Comitê estabelecer reuniões mensais, principalmente no ano de 2018 o Tribunal desenvolveu demandas de longa duração, que inviabilizavam reuniões

mensais para a definição de novos atendimentos, podendo os projetos em andamento serem acompanhados por página específica no sítio, bem como as demandas emergenciais serem tratadas e definidas em discussões realizadas por email com posterior ratificação nas reuniões do Comitê.

6) Apresentar a(s) norma(s) interna(s) de funcionamento estabelecidas pelo Comitê. (art. 14)

As normas internas de funcionamento estão registradas nas atas das reuniões que ocorreram, inclusive com as definições dos procedimentos de definição das demandas priorizadas por cada requisitante, bem como da forma de análise das demandas emergenciais.

7) Apresentar o processo formal de trabalho que estabelece o tratamento das solicitações de demandas. (art. 16)

O processo formal de trabalho está em fase de finalização por parte da Assessoria de Gestão Estratégica que realiza este trabalho em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, devendo ser encaminhado para análise e aprovação do Comitê em um curto espaço de tempo.

Assuntos extras acerca dos seguintes PROADs:

- 22601/2018 - sobre requerimentos da Comissão de Relacionamento Institucional da OAB-SP, ficou decidido que não existiam necessidades identificadas pelo Comitê de Priorização de Demandas de Tecnologia da Informação e Comunicações.
- 22213/2018 - Despacho da CR pedindo andamento prioritário aos chamados abertos por esta Corregedoria junto aos Setores de Informática (R18859) e Multimídia (n. 5045/2018) para controle dos julgamentos desvinculados, o comitê verificou que esse assunto foi decidido de forma alternativa como apresentada pela própria corregedoria, para atender a demanda emergencial de transparência, mas é necessária a priorização para atendimento urgente das demandas.
- 757/2019 - Sobre o pedido de priorização emergencial de DED que trata do ajuste na Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT. O Secretário de TIC comprometeu-se a verificar e passar as informações sobre essa demanda.
- Faltaram as determinações sobre o RPV.- sobre esse assunto o Herbert noticiou que viriam as alterações em conjunto com os precatórios nos módulos da próxima

versão do PJe.

Não havendo outros assuntos, a reunião encerrou-se às 15h.

| Previsão da próxima reunião | | |
|-----------------------------|---------------------------------|------|
| Data | Local | Hora |
| 18/3/2019 | Sala de Reuniões da Presidência | 14h |

| | | | |
|-------------------|------------------|----|-----------|
| Ata preparada por | Herbert Wittmann | Em | 18/2/2019 |
|-------------------|------------------|----|-----------|